



Arquivo

Setúbal defende a negociação pela lei de mercado e Adroaldo quer prazo de dois anos

Proposto o pagamento em ações

“É possível tomar o trem de outubro”

A renegociação da dívida externa brasileira já foi iniciada com a viagem do ministro Delfim Netto e a formalização do pedido de suspensão de pagamentos aos países-membros do Clube de Paris e poderá ser concluída até o próximo mês de outubro, quando o Fundo Monetário Internacional (FMI) liberar a segunda parcela do empréstimo-jumbo ao País. “Com um pouco de sorte”, diz o diretor de Pesquisas da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Adroaldo Moura da Silva, “podemos pegar o trem de outubro”.

Até lá, no entanto, o governo brasileiro terá de elaborar um programa mínimo de reativação de sua economia, a fim de apresentá-lo aos banqueiros internacionais e aos governos europeus, japonês e norte-americano, conciliando-o, segundo Moura da Silva, com a austeridade prevista no acordo firmado com o FMI.

Para executar esse programa mínimo de reativação da economia, de acordo com o diretor da Fipe, o País necessita de um prazo mínimo de dois anos (1984 a 85) sem pagar nem amortização nem juros da dívida externa. “Se o prazo a ser negociado com os credores for maior, tanto melhor”, acrescenta Moura da Silva. Apresentado tal programa aos credores estrangeiros e conseguido o apoio e boa vontade política dos governos norte-americano, europeus e japonês, é imprescindível conciliá-lo com a manutenção da austeridade, sem a qual, para o professor da Fipe, o País arriscar-se-ia a perder o apoio dos credores e dos governos.

MUDANÇA DE ENFOQUE

Todavia, argumenta Moura da Silva, a ampliação do horizonte em que as metas previstas no acordo do FMI deverão ser alcançadas, passando-se do curtíssimo prazo para um maior de pelo menos dois anos, permitirá, de acordo com o pesquisador da Fipe, ao governo brasileiro, deslocar o atual enfoque central do acordo — contenção do déficit público — para a exportação. E isto pode ser conseguido com o apoio dos próprios técnicos do FMI, acredita Moura da Silva.

Obtido o prazo mínimo de dois anos para que o País reorganize a sua economia, com a perspectiva de saldos comerciais crescentes, é perfeitamente possível, segundo o professor da Fipe, fazer alguns retoques no atual acordo com o Fundo.

Por isso, conclui Adroaldo Moura da Silva, talvez haja tempo para que o governo elabore o programa de reativação da economia, o submeta à apreciação dos credores e governos estrangeiros e, ainda, negocie a mudança do enfoque central do acordo com o FMI com técnicos desse organismo internacional, e tudo isso a tempo de receber a segunda parcela do “jumbo” negociado. Para o diretor da Fipe, “é preciso aproveitar o trem de outubro”.

Ao contrário da maioria dos economistas, preocupados muito mais com as linhas gerais da renegociação da dívida externa brasileira, o professor do Departamento de Economia da Universidade Mackenzie, José Paschoal Rossetti, prefere fazer sugestões práticas. Uma delas: não negociar as condições de pagamento da dívida em bloco, mas reunindo apenas as empresas devedoras e seus credores. Outra: verificar quanto cada estatal pode pagar (essas empresas em seu conjunto respondem por quase 70% da dívida externa brasileira) e transformar o restante em ações preferenciais ao portador, que ficariam bloqueadas no País por um prazo de vinte anos.

Durante esses vinte anos, explica Rossetti, os credores transformados em acionistas receberiam dividendos e, se quisessem, poderiam até mesmo negociar suas ações a preços de mercado, desde que elas não saiam do País. “Imagine”, diz o professor do Mackenzie, “quanto não valerão as ações de uma estatal como a Cesp, por exemplo, depois que alguns de seus credores estrangeiros tiverem transformado em ações parte daquilo que emprestaram”.

Para Rossetti, é preciso dividir muito bem as responsabilidades. “Se, por um lado, o governo brasileiro autorizou as estatais a contraírem grandes empréstimos, por outro essas operações foram aprovadas pelos analistas de crédito de grandes bancos internacionais. Por esse motivo, nada mais justo do que eles também (banqueiros e credores) assumirem sua parcela de responsabilidade pelo excessivo endividamento de alguns países em desenvolvimento.”

OFERECER SÓCIEDADE

A proposta defendida pelo professor do Mackenzie é simples: o governo brasileiro chama os credores da Eletrobrás, da Siderbrás e de outras estatais e lhes propõe o pagamento de um percentual da dívida, a ser determinado de acordo com a situação de caixa de cada empresa, e a transformação do restante em

ações preferenciais ao portador (sem direito a voto).

Após a transformação dos credores das estatais em sócios, segundo Rossetti, o governo teria condições de obter dinheiro novo a taxas preferenciais, ou seja, um ou dois pontos percentuais abaixo das taxas de mercado e poderia também em alguns casos suspender a remessa de royalties, a fim de ajudar a equilibrar a balança de serviços.

Concluídas as negociações caso a caso com os credores das estatais, adotar-se-ia um esquema semelhante para o pagamento da dívida das empresas privadas nacionais e das estrangeiras e multinacionais sediadas no Brasil. Mas o professor Rossetti vai mais longe: após renegociar a dívida externa das estatais, diz ele, o governo poderia privatizá-las, com as empresas privadas comprovadamente nacionais adquirindo o seu controle acionário (51%). “Na composição da diretoria, após o processo de privatização, elas teriam obrigatoriamente um ou dois representantes do Conselho de Segurança Nacional (CSN)”, sugere o professor do Mackenzie.

Rossetti garante que a empresa privada nacional tem dinheiro para comprar o controle acionário de um grande número de estatais e a prova disso, segundo ele, é o “volume diário de dinheiro negociado no open market”.

Outra sugestão defendida pelo professor é a de as estatais transformarem parte de seus débitos em atraso com empreiteiras e empresas de engenharia (só com estas o débito com atraso médio de 90 dias é de cem bilhões de cruzeiros) em participação acionária desses credores.

Ainda sobre a dívida interna das estatais e das autarquias, Rossetti propõe que o governo passe a pagar seus débitos só com Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), mas, em contrapartida, aceite esses papéis como recolhimento de impostos ou de outras taxas e obrigações devidas pelas empresas privadas ao erário público municipal, estadual ou federal.



Arquivo

Rossetti sugere a oferta de sociedade nas estatais